

## ESPETÁCULO E “FINANCEIRIZAÇÃO”

## ESPETÁCULO Y “FINANCIARIZACIÓN”

## ESPECTACLE AND “FINANCIALIZATION”

DOI: <http://10.9771/gmed.v17i1.61719>

Fabiano José Araújo dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo discute a ausência do tema da chamada “financeirização” na obra de Guy Debord; em especial, seus *A sociedade do espetáculo* e *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Estando os *Comentários* separados de seu antecessor por cerca de vinte anos e considerando serem estes justamente os anos que compõem o período em que comumente se costuma localizar o “ressurgimento” da financeirização, é curioso notar que Debord não faça qualquer menção a tal fenômeno – considerado no debate crítico dominante como central para o entendimento da dinâmica do capitalismo tardio –, tendo em vista que a obra que apresentara em fins dos anos 1980 traz não apenas a confirmação de suas teses anteriores, no essencial, mas novas conclusões com base na investigação das transformações que marcaram o período. O que explica isso? Há uma falha na teoria do espetáculo? Acreditamos que não. E é isso que buscamos explorar nas páginas que seguem.

**Palavras-chave:** Guy Debord. Espetáculo. Sociedade do Espetáculo. Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. Financeirização.

**Resumen:** Este artículo analiza la ausencia del tema de la llamada “financiarización” en la obra de Guy Debord; en particular, su *La sociedad del espectáculo* y *Comentarios sobre la sociedad del espectáculo*. Dado que los *Comentarios* están separados de su predecesor por unos veinte años y considerando que estos son precisamente los años que componen el período en el que comúnmente se ubica el “resurgimiento” de la financiarización, es curioso observar que Debord no hace ninguna mención a tal fenómeno –considerado en el debate crítico dominante como central para comprender la dinámica del capitalismo tardío–, considerando que el trabajo que presentó a finales de los años 1980 trae no sólo la confirmación de sus tesis anteriores, en esencia, sino nuevas conclusiones basadas en la investigación de las transformaciones que marcaron el período. ¿Qué explica esto? ¿Hay algún defecto en la teoría del espectáculo? Creemos que no. Y eso es lo que buscamos explorar en las siguientes páginas.

**Palabras clave:** Guy Debord. Espectáculo. Sociedad del Espectáculo. Comentarios sobre la Sociedad del Espectáculo. Financiarización.

**Abstract:** This article discusses the absence of the theme of the so-called “financialization” in the work of Guy Debord; in particular, his *The Society of the Spectacle* and *Commentaries on the Society of the Spectacle*. Since the *Commentaries* are separated from their predecessor by around twenty years and considering that these are precisely the years that make up the period in which the “resurgence” of financialization is commonly located, it is curious to note that Debord does not make any mention of this phenomenon – considered in the mainstream critical debate as having a central role in the dynamic of late capitalism –, in view of the consideration that the work he presented at the end of the 1980s brings not only the confirmation of his previous theses, in essence, but new conclusions based on the development that he had been able to witness. What explains this? Is there a flaw in the spectacle theory? We believe not. And that is what we seek to explore in the following pages.

**Keywords:** Guy Debord. Espectacle. Society of the Spectacle. Commentaries on the Society of the Spectacle. Financialization.

### Introdução

Lançada em 1967, a *Sociedade do Espetáculo*<sup>2</sup> tem esse título em referência tanto ao que seu autor, Guy Debord, entende como a realidade que tem diante de si, em fins dos anos 1960, quanto *as condições que historicamente o fazem emergir*. Escrita no contexto da divisão do mundo em dois grandes blocos de poder aparentemente antagônicos, que definiam de maneira quase que absolutamente incontestável o que então se entendia por capitalismo e sua “alternativa”, a *SdS* aparece também como uma das primeiras explicações do chamado “comunismo real” não como opção e projeto, mas como *modelo necessário para a própria expansão do capital em escala global*, de modo que dele Debord pôde afirmar, em fins dos anos 1980, que “se o mundo pôde enfim proclamar-se oficialmente unificado, é porque essa fusão já se realizara na realidade econômico-política do mundo inteiro” (DEBORD, 1997, p. 10).

Apesar do estranhamento que possa causar numa primeira aproximação, em grande medida resultante de interpretações simplistas e/ou superficiais da obra, a noção de *espetáculo* tem como referência direta a crítica presente em *O capital*, cujo Livro I, sabemos, de maneira emblemática, fora lançado exatos cem anos antes. Não é por acaso, portanto, que o primeiro dos aforismos da *SdS* é uma referência direta às primeiras linhas do capítulo sobre “A mercadoria”, com Debord afirmando que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*” (*SdS*, § 1). O termo espetáculo, dessa forma, já mostra aí sua direta conexão com a *crítica da mercadoria*, podendo ser entendido, nesse sentido, “em geral, como *inversão concreta da vida*” (*SdS*, § 2; grifo nosso), como “movimento do não-vivo” (*SdS*, § 2).

Na *SdS*, Debord busca mostrar que, nas condições do capitalismo superdesenvolvido, o que impera é também o superdesenvolvimento da mistificação do capital – sua *aparência/imagem* –, de modo que “a realidade considerada parcialmente apresenta-se em sua própria unidade como um pseudomundo *à parte*, objeto de mera contemplação” (*SdS*, § 2). Assim, não seria apenas a especialização da produção que ganha atenção na compreensão do evoluir do capital, mas também a *parcialização das atividades e subjetividades individuais, da compreensão do mundo dos indivíduos e da sociedade como um todo sobre si*, e, fundamentalmente, a *autonomização (também uma especialização) da economia em relação a esses indivíduos*.

É desse modo que a teoria do espetáculo busca reabilitar a reflexão acerca da *ideologia*, no sentido de Marx, como elemento fundamental para a compreensão das condições do movimento da moderna sociedade produtora de mercadorias – tema banalizado, em especial, a partir da vitória dos bolcheviques na Rússia, em 1917.

A *SdS*, desse modo, apresenta uma das teorias mais consistentes e relevantes acerca da complexidade do capitalismo tardio, de modo que é possível reconhecer sua influência posterior no que de mais avançado o campo marxista não-ortodoxo continuou e continua produzindo em termos teórico-práticos – a exemplo do “realismo capitalista” de Mark Fisher<sup>3</sup>.

Cabe então perguntar: é possível pensar, a partir dessa obra, o tema do que se chama comumente de financeirização? Nossa hipótese é que sim; apesar de não haver em Debord uma discussão nesse sentido colocada de modo mais explícito. Ademais, vale aqui uma importante ressalva: tal discussão se faz possível apenas se nossa compreensão sobre a chamada financeirização for em sentido oposto ao

que o campo progressista tem consagrado como entendimento mais usual do tema. É o que discutiremos a seguir.

### ***O capital como espetáculo***

Debord explica que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma *relação social entre pessoas, mediada por imagens*” (SdS, § 4; grifo nosso). Essa passagem, bastante conhecida, é emblemática justamente porque nos adverte sobre o que a teoria do espetáculo *não é*. Com efeito, é comum a interpretação equivocada do termo *imagem* como limitado ao *aspecto apenas aparente do espetáculo*, i.e., o do superdesenvolvimento dos meios de comunicação; como já se verificava nos anos 1960. Mais do que isso, no entanto, o que Debord pretende é mostrar o espetáculo como uma *materialidade ideológica* ou, como ele explica, “uma *Weltanschauung* que se tornou efetiva, materialmente traduzida [...] uma visão de mundo que se objetivou” (SdS, § 5). Em uma palavra, é dizer que o espetáculo é *o mundo construído à imagem e semelhança da mercadoria*; ele é a própria *ideologia materializada*<sup>4</sup>.

Pode-se afirmar então que, “considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente” (SdS, § 6). Não se trata, pois, de “um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada”, mas “*o âmago do irrealismo da sociedade real*” (SdS, § 6; grifo nosso). Desse modo, “não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva” (SdS, § 8), pois “esse desdobramento também é desdobrado”. Com efeito, o espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto, mas, “ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva” (SdS, § 8); o que equivale a dizer que “*a realidade surge no espetáculo*, e o espetáculo é real” (SdS, § 8; grifo nosso).

A categoria de *totalidade*, Debord toma de Lukács; particularmente de seu clássico *História e consciência de classe*<sup>5</sup>. Com ela, ele pode então afirmar que “*o conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes*” (SdS, § 10; grifo nosso), entendendo que estes são apenas “aparências dessa aparência organizada socialmente” (SdS, § 10) e que devem ser buscados, portanto, “em sua verdade geral”. É também nesse sentido que o espetáculo pode ser entendido não apenas como a “afirmação da aparência”, mas também “a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (SdS, § 10). O espetáculo, desse modo, para Debord, afirma-se como um *movimento essencialmente tautológico* (que não é outro que o da *valorização do valor*), em que seus meios são também seus fins. Desse modo, ele é “o sol que nunca se põe no império da passividade moderna. Recobre toda a superfície do mundo e está indefinidamente impregnado de sua própria glória” (SdS, § 14).

Fica fácil entender então que “o espetáculo domina os homens vivos *quando a economia já os dominou totalmente*” (SdS, § 16; grifo nosso), tendo em vista que “ele nada mais é que *a economia desenvolvendo-se por si mesma*. É o reflexo fiel da produção das coisas e a objetificação infiel dos produtores” (SdS, § 16; grifo nosso).

Quanto ao conceito de *espectador*, este, como se sabe, será formulado por Debord ainda nos anos 1950, no contexto de sua inicial crítica da arte contemporânea, como a noção de alguém incapaz de se conectar com uma dada obra de arte que tenha diante de si, dado o fato desta *nada lhe comunicar*. O conceito progredirá, no entanto, até ganhar o sentido da *passividade imposta pelo movimento autônomo do valor*, em que os indivíduos não são mais que meras testemunhas de suas próprias vidas.

Vale notar que essa referida passagem da investigação estética para a crítica da economia política não se dá de um salto, mas no próprio aprofundamento dos questionamentos acerca das possibilidades da realização artística no mundo capitalista contemporâneo e da relação entre arte e vida. É isso que nos ajuda a entender que, para Debord, esse domínio do vivo pelo não-vivo não será entendido como limitado ao chão de fábrica, mas será pensado como *tendo realidade também no próprio espaço e tempo de lazer dos indivíduos*. Com isso, ele deixa claro que, nas condições da moderna sociedade produtora de mercadorias, *a raiz do espetáculo deverá ser buscada no cerne da mercadoria*.

É assim, portanto, que deve ser entendida a afirmação de que “quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico” (*SdS*, § 18). Compreende-se então que *imagem*, aqui, *tem o sentido da própria aparência que é resultado do movimento mistificador da mercadoria* – esta que faz com que vejamos uma relação de classes como uma relação entre indivíduos em iguais condições de escolha; o consumidor como aquele que orienta o mercado, não um indivíduo impotente em grande medida determinado por este; a própria noção de indivíduo como singularidade ativa, não como associada à contemplação impotente etc... Entende-se assim a denúncia do espetáculo como *ideologia materializada*, sendo ele “o sonho mau da sociedade moderna aprisionada, que só expressa afinal o seu desejo de dormir. É o espetáculo que guarda esse sono” (*SdS*, § 21)<sup>6</sup>.

Se preferirmos, podemos, em referência direta a Marx, dizer que “o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por ‘coisas suprassensíveis embora sensíveis’, se realiza completamente no espetáculo” (*SdS*, § 36). É dizer, com isso, que “o mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido” (*SdS*, § 37), o que implica necessariamente que “seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo o que produzem” (*SdS*, § 37). Vê-se, com isso, a importância também da categoria *separação*, que Debord definirá como sendo “o alfa e o ômega do espetáculo” (*SdS*, § 25).

Como construção histórica dessa ‘apatia generalizada’, então, “o espetáculo moderno expressa o que a sociedade *pode fazer*, mas nessa expressão o *permitido* opõe-se de todo ao possível” (*SdS*, § 25). Nesse sentido, ele se afirma como um “pseudo-sagrado”, pois não é apenas produto, mas *o demiurgo da realidade*; ele é “o poder separado desenvolvendo-se em si mesmo, no crescimento da produtividade por meio do refinamento incessante da divisão do trabalho em gestos parcelares, dominados pelo movimento independente das máquinas; e trabalhando para um mercado cada vez mais ampliado” (*SdS*, § 25).

Ademais, do espetáculo pode-se ainda dizer que *este só pode se afirmar nas modernas condições de uma economia monopolística*, dado que ele é “uma atividade especializada que responde por todas as outras. É a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, na qual toda outra fala é banida”

(*SdS*, § 23). Dito de outro modo, é do poder decorrente do capital nas condições da superacumulação que o espetáculo se afirma também como um “*monólogo laudatório*”, nos termos de Debord. E isso em direta relação com o fato de que o *poder* mesmo, “a mais velha especialização social”, passa a ganhar novo sentido, pois, nele (no espetáculo), “o mais moderno é também o mais arcaico” (*SdS*, § 23).

Como resultado, da perspectiva do espectador, o que se tem é que, “com a separação generalizada entre o trabalhador e o que ele produz, perdem-se todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda a comunicação pessoal direta entre os produtores” (*SdS*, § 26), já que “a unidade e a comunicação tornam-se atributo exclusivo da direção do sistema” (*SdS*, § 26). A consequência disso – e aqui Debord não poderia ser mais preciso – é que “a vitória do sistema econômico da separação é a *proletarização* do mundo” (*SdS*, § 26).

A condição do espectador, portanto, é dada no fato de que “quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (*SdS*, § 30). Pode-se dizer então que, efetivamente, “o homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes do seu mundo” (*SdS*, § 33), e, assim, “o sucesso dessa produção, sua abundância, volta para o produtor como *abundância da despossessão*” (*SdS*, § 31). Assim sendo, “o espetáculo na sociedade corresponde a uma *fabricação concreta da alienação*” (*SdS*, § 32; grifo nosso), sendo a expansão econômica “sobretudo a expansão dessa produção industrial específica” (*SdS*, § 32), implicando nisso que “*o que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original*” (*SdE*, § 32; grifo nosso). Em suma, pode-se afirmar, como conclusão, que o espetáculo não é outra coisa que o próprio “*capital* em tal grau de acumulação que se tornou imagem” (*SdS*, § 34).

Entendido em termos gerais o conceito de espetáculo, a partir desse breve resumo, podemos então perguntar: e quanto ao dinheiro? O que a *SdS* diz a seu respeito?

A resposta não é simples. E isso a começar pelo fato de que as referências explícitas ao dinheiro especificamente são bastante escassas na obra. Por outro lado, se não perdermos de vista sua relação teórica com *O capital*, por nós já assinalada, e considerando que, neste, Marx explica de maneira minuciosa a gênese do dinheiro no mesmo capítulo em que discute a natureza da mercadoria – apresentando o primeiro como derivado lógico desta –, além de discutir aí também o cerne da *natureza fetichista de ambos*, dinheiro e mercadoria, então parece válido afirmar que *toda a discussão acerca do espetáculo é também uma discussão sobre o dinheiro*.

Como tentativa de validar essa afirmação, vale aqui resgatar uma breve passagem da *SdS* que, a esse respeito, parece decisiva. Nela, Debord conceitua o espetáculo também como sendo justamente “a outra face do dinheiro: *o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias*” (*SdS*, § 49; grifo nosso). Como ele explica, se o dinheiro dominou o mundo como “representação da equivalência universal”, do espetáculo deve ser dito que este “é *seu complemento moderno desenvolvido*, no qual a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco, como uma *equivalência geral àquilo que o conjunto da sociedade pode ser e fazer*” (*SdS*, § 49; grifos nossos). É dizer, de outro modo, que “o espetáculo é o dinheiro que *apenas se olha*, porque nele a

totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata”, dado que ele “não é apenas o servidor do *pseudo-uso*<sup>7</sup>, mas já é em si mesmo o pseudo-uso da vida” (*SdS*, § 49).

Esse parece então um bom ponto de partida para discutir a chamada “financeirização”. Mas, aqui, vale ainda perguntar: por que esta não se colocou de modo explícito como uma preocupação teórica de Debord, considerando que a finança capitalista atingira um novo patamar justamente entre fins dos anos 1960 e fins dos anos 1980, i.e., o período entre os lançamentos da *SdS* e seus *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*? Talvez a resposta esteja na maneira como esse tema é tratado no campo marxista e progressista, em geral. E sobre isso valem algumas considerações, que apresentamos na seção seguinte.

### **A assim chamada “financeirização”**

Foi Lênin quem popularizou no campo marxista o termo financeirização, em seu *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916). Ele, no entanto, identifica o conceito como estando em voga há pelo menos “quinze ou vinte anos”, graças em especial aos trabalhos do economista inglês John Atkinson Hobson e de Rudolf Hilferding, cuja obra *O capital financeiro*, de 1910, Lênin faz uso como base para muitas das formulações presentes em seu livro, conferindo a elas papel central em sua análise<sup>8</sup>.

Na apresentação de *Imperialismo*, Lênin, muito possivelmente também referenciado em *O capital*, começa por dizer que sua análise não se ocupará do aspecto não-econômico da questão, “por mais que merecesse”. De sua investigação da dimensão *econômica* (mais *histórica* que *lógica*, diga-se), portanto, decorre o ponto de partida fundamental da obra, cujos desdobramentos ajudarão a compor o conceito de imperialismo em toda a sua extensão: o surgimento dos *monopólios*. Estes, ele constata como sendo *resultado direto do processo de integração do capital*, configurado, em termos gerais, na “junção em uma só empresa de diferentes setores da indústria, que representam seja as etapas sucessivas da elaboração de uma matéria-prima [...], seja o desempenho de um papel auxiliar uns em relação aos outros [...]” (LÊNIN, 2021, p. 34).

A massificação dos monopólios, Lênin identifica como datando do início do século, ainda que poucas décadas antes fosse um fato que, “quando Marx escreveu o seu *O capital*, a livre concorrência parecia, para a maior parte dos economistas, uma ‘lei da natureza’” (LÊNIN, 2021, p. 39). Sua gênese, no entanto, ele localiza na grande depressão industrial iniciada em 1873, que se estenderia até princípios do ano de 1890. Dos resultados dessa crise, conseqüentemente, a formação dos cartéis entraria em uma segunda fase, confirmada pela crise de 1900-03, na qual as indústrias mineradoras e siderúrgica já se encontravam “sob o signo dos cartéis”. Assim, estes, de aparente exceção, “passam a ser uma das bases de toda a vida econômica” (LÊNIN, 2021, p. 41).

Daí que o primeiro desdobramento importante dessa nova etapa seja sua caracterização como “um tal ponto que, ainda que a produção mercantil continue ‘reinando’ como antes e seja considerada como a base de toda a economia, na prática ela se encontra já minada e *os principais lucros se destinam aos ‘gênios’ das máquinas financeiras*” (LÊNIN, 2021, p. 46; grifo nosso). Portanto, “na base dessas máquinas e trapaças repousa a socialização da produção, mas o gigantesco progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores” (LÊNIN, 2021, p. 46). É esse então o cerne

do conceito *leniniano* de financeirização: a forma mais adequada da circulação (e concentração do capital), dado o novo contexto produtivo.

Vale assinalar que, no conjunto dessa teorização, Lênin entende o que chama de *financeirização* como um *desdobramento lógico do capital*, rechaçando, em referência a ela, o que chama de “crítica pequeno-burguesa do imperialismo”, caracterizada justamente por seus sonhos de “retorno à ‘livre concorrência’, ‘pacífica’, ‘honesta’”. Também vale notar que sua compreensão desse processo como resultado necessário do próprio evoluir do capital em sua necessidade de autovalorização novamente ecoa *O Capital*: aqui na passagem em que Marx, no capítulo sobre “A mercadoria”, discute a gênese do dinheiro como devir lógico da contradição interna da mercadoria.

Na verdade, parece acertado dizer que, de fato, a teorização acerca do momento histórico que o líder russo tinha diante dos olhos apresenta, ao menos no que se refere aos seus aspectos fundamentais, não vai muito além da confirmação do que Marx já discutira no cap. 23 do Livro I de *O capital*, onde encontramos a conhecida “lei geral da acumulação capitalista”. Vejamos:

Marx inicia essa discussão justamente explicando que, nela, o fator mais importante é a questão acerca da “composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação” (MARX, 2013, p. 689). Ele então explica que essa composição deve ser considerada sob dois aspectos:

Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego (MARX, 2013, p. 689).

A primeira seria então o que ele chama de “composição de valor”, ao passo que a segunda seria a “composição técnica do capital”, sendo o ponto verdadeiramente importante dessa diferenciação o fato de que esses dois aspectos guardam uma estreita relação, dado que a composição do valor do capital não apenas é determinada pela composição técnica deste, mas também “reflete suas modificações, de composição orgânica do capital” (MARX, 2013, p. 689; grifo nosso).

Marx explica que, tendo os capitais de um determinado setor diferentes composições, é sua média que nos dá a composição do capital total em determinado ramo, bem como “a média total das composições sociais médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país” (MARX, 2013, p. 689). Daí resultam duas conclusões importantes: a primeira estando na observação de que a reprodução em escala ampliada significa fundamentalmente *a reprodução da relação capitalista em escala ampliada*, o que é o mesmo que dizer que “a acumulação do capital é, portanto, *multiplicação do proletariado*” (MARX, 2013, p. 690; grifo nosso).

A segunda é o fato de que essa reprodução implica necessariamente o *aumento da composição orgânica do capital*, i.e., da parcela de meios de produção (trabalho morto) relativamente à força de trabalho (trabalho vivo), com Marx, a partir disso, podendo evidenciar a criação de uma massa de desempregados e desocupados como um desdobramento *necessário* dessa condição.

Como resultado desse processo, ter-se-ia então tanto o capital evoluindo cada vez mais no sentido de sua *progressiva autonomização face aos indivíduos que lhe fornecem sua própria substância*, buscando sempre novas formas de eliminar a força de trabalho, quanto a *generalização dessa dinâmica para o espaço global*, definindo e redefinindo os diferentes territórios e sua relação a partir dessa lógica. Isso sem esquecer que é também aí que encontramos a base da discussão sobre a *propriedade*, que, como Marx mostrara, tendo seu fundamento último na lógica do valor, opera – por meio do fetichismo imanente do capital e posto em movimento em suas formas de *se apresentar e representar*<sup>10</sup> –, uma *inversão* que põe em contradição a lógica da distribuição do mais-valor face à lógica de sua produção.

É esse movimento, portanto que condiciona, *no nível da aparência*, o direito da apropriação do mais-valor social criado: primeiro, à proporcionalidade das diferentes composições de capital, na produção; seguido do capital comercial tendo sua parcela de apropriação, via de regra, sem nenhuma contribuição para a criação do mais-valor (ainda que algum trabalho produtivo possa ser observado em ramos específicos do capital comercial); o *juro* aparecendo não como *resultado*, mas anterior à produção; e, por fim, a propriedade da terra como ápice desse processo, tendo seu direito ao mais-valor socialmente produzido *aparentemente* definido unicamente pela simples lógica da propriedade.

Ainda que Marx apresente a discussão em sua lógica, não é difícil perceber que a implicação prática disso é a *relação capitalista* se expandindo em escala global, com óbvias implicações objetivas e subjetivas – valendo aqui atentar para o fato de que a ideologia, em Marx (e em Debord), encontra sua gênese no próprio conjunto das próprias relações capitalistas, não estando alheia ou “externa” a estas.

A isso voltaremos adiante, mas antes parece válido dizer, com base nessa breve exposição, que não é difícil perceber – repetimos – que *a teoria do imperialismo de Lênin, no seu essencial, não vai muito além da comprovação do que Marx já descobrira como tendências da lógica do valor*.

Não significa, aqui, dizer que não se deva reconhecer seus méritos. Por outro lado, parece válido supor que aí temos a porta de entrada para a confusão com a teorização de uma vertente menos radical e mais afim às ideias de Keynes acerca do que seria a financeirização, perspectiva *distinta da de Lênin* e que se popularizará, em especial, a partir de meados da década de 1990, com – suspeitamos – a publicação de *A mundialização do capital* (1994), de François Chesnais.

Chesnais certamente não fora o primeiro a tratar do tema como um fenômeno do capitalismo tardio, mas foi fundamental para que ele alcançasse a centralidade que hoje ocupa no campo crítico. Ademais, ainda que tenha avançado ao longo dos anos em direção a um maior alinhamento com o pensamento de Marx<sup>11</sup>, em *A mundialização do capital*, há espaço para confusões que parecem advir de uma compreensão fortemente aproximada do pensamento keynesiano. Vejamos:

A tese central da obra é enunciada já no seu prefácio. Ali, o autor não nega que “é na produção que se cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações” (CHESNAIS, 1996, p. 15), mas afirma, no entanto, que “é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza” (CHESNAIS, 1996, p. 15). Isso explicaria o crescimento da esfera financeira e a alteração de sua dinâmica em pouco mais de uma década<sup>12</sup>, “em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive

nos países da OCDE), ou do comércio exterior” (CHESNAIS, 1996, p. 15). Essa dinâmica específica das finanças, por sua vez, ele afirma, alimenta-se de dois tipos de mecanismos, diferentes entre si:

Os primeiros referem-se à "inflação do valor dos ativos", ou seja, à formação de "capital fictício". Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos países e de vários pontos dos seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Como consequência, ele destaca três como sendo os principais desdobramentos desse processo: primeiro (e é emblemático que inicie por este), o fato de essa *hipertrofia* da finança imprimir aos governos amarras ligadas à "busca por credibilidade" por estes que, endividados junto aos grandes fundos de aplicação privados, acabam com pouca margem para ação fora das deliberações de seus credores. Segundo, que

dado o volume que o capital monetário representa, as suas prioridades (altas taxas de juros, "inflação zero") e o seu horizonte temporal (de curto e curtíssimo prazo) ditam o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas, como um todo. Suas prioridades refletem-se no nível e na orientação setorial do investimento produtivo (telecomunicações, mídia, serviços financeiros, setor de saúde privado) (CHESNAIS, 1996, p. 16).

Assim, segundo Chesnais, “sob influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se cada vez mais e a alinhar-se, mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizaram como *‘short-termism’*” (CHESNAIS, 1996, p. 16), i.e., à busca de máximo rendimento nos menores prazos possíveis.

Por fim, no que diz respeito à classe trabalhadora, Chesnais explica que “o que o capital tende a restaurar é o regime do ‘tácão de ferro’, como chamava Jack London” (CHESNAIS, 1996, p. 16). Desse modo, a “ascensão” ou “ressurgimento” do capital financeiro é o que justificaria também o “ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho” (CHESNAIS, 1996, p. 16), aumento que é baseado

no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências do nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros (CHESNAIS, 1996, pp. 16-17).

É isso, portanto, que explica, para ele, por que “todas as virtudes atribuídas ao ‘toyotismo’ estão dirigidas a obter a máxima intensidade de trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Vale notar, repetimos, que essa espécie de “supervalorização” da finança contrasta com as repetidas reiteraões da primazia da produção – quando ele afirma, por exemplo, que, embora a *“corporate governance”* e o *“reengineering”* à moda americana ou britânica tenham desempenhado papel fundamental na destruição das relações salariais da era “fordista”, a suposta preocupação dos grandes grupos do

capitalismo central com a questão do "dumping social" não passaria, na verdade, de *mero ressentimento de que possam existir países (especialmente no Sudeste Asiático) em que a exploração seja mais feroz do que aquela que conseguem impor às massas trabalhadoras habitantes de suas próprias fronteiras nacionais* etc.

De outra parte, apesar da pequena confusão expositiva, se Chesnais parece não descuidar da compreensão do primado da produção sobre a finança – tão caro a Marx e ao campo marxista, em geral, no que diz respeito à análise da sociedade do valor – ele, contudo, peca por utilizar sem grandes distinções categorias marxianas (capital fictício) e keynesianas (preferência pela liquidez), além de confundir as dimensões lógica e histórica do evoluir do capital, o que explica sua especial atenção ao descompasso entre as esferas do capital financeiro e do capital produtivo no capitalismo tardio. Com isso, ele parece abrir espaço para o entendimento do primeiro como, no limite, uma “*anomalia*”, i.e., uma espécie de negação de uma dinâmica *equilibrada* de produção sob os determinantes do valor.

Isso parece explicar por que algumas de suas explicações apareçam em grande medidas como incompletas, a começar pela ideia de uma espécie de “captura dos governos” a partir do “ressurgimento” do capital financeiro; o mesmo podendo ser observado também na sua explicação sobre a questão da exploração do trabalho, com a governança corporativa, a reengenharia e o toyotismo, num sentido geral, também sendo *resultado* da financeirização, que apesar de seu (relativo) descolamento da produção “*nem por isso se desinteressa da indústria*”...

Ora, sendo a totalidade do capital uma “contradição em processo”, tal entendimento não deveria fazer o menor sentido de uma perspectiva que tome Marx como horizonte. Todavia, como Keynes, e não Marx, parece ter o lugar de principal referência no campo da investigação crítica em economia (no Chesnais de *A mundialização do capital* e autores posteriores), tal formulação acaba por vigorar; não importando que ao custo da própria dialética. E isso sem abandonar Marx de todo – podendo-se a ele recorrer sempre que o instrumental teórico keynesiano pareça limitado.

Já Debord, na contramão dessa perspectiva, busca recuperar para o entendimento do capitalismo tardio – o espetáculo – pelo menos três categorias à sua época bastante negligenciadas: a *totalidade*, a *luta de classes* e a *ideologia*. Sendo a sua teorização, a nosso ver, uma das mais completas acerca do capitalismo superdesenvolvido, então nos parece apropriado buscar aí a chave adequada para a compreensão do desenvolvimento do dinheiro (e da finança) no capitalismo tardio. Façamos então sobre elas algumas considerações.

### **“Financeirização” como atualização do espetáculo**

A teoria do espetáculo nos parece uma boa formulação porque não reduz a compreensão da evolução do capital em sua fase contemporânea a uma discussão “técnica”, focada em aspectos particulares, seja do aumento da presença do Estado na economia ou o nível do desenvolvimento das forças produtivas – ou ainda dos próprios mecanismos financeiros. Sem negligenciar esses elementos, entre seus méritos está o fato de recuperar um dos aspectos fundamentais de qualquer teoria que se

pretenda verdadeiramente crítica – sendo isso, logicamente, fundamental no próprio Marx: a preocupação com a *dimensão social* dessa materialidade que é a moderna sociedade produtora de mercadorias.

Com efeito, Debord localiza a origem do espetáculo no entreguerras porque identifica ali, entre outras mudanças fundamentais, a *sujeição progressiva* da classe trabalhadora no embate de classes que é um dos aspectos essenciais do capital como relação social. É justamente nesse processo que pode emergir a figura do espectador, caracterizado pela *perda de sua capacidade de ação e comunicação*<sup>13</sup>.

Essa preocupação com a questão da linguagem se mostra muito mais rica do que vemos, por exemplo, em Habermas, que na sua *teoria da ação comunicativa*<sup>14</sup> pressupõe uma interação de, pelo menos, dois indivíduos *capazes de falar e de agir* e que estabelecem relações que tenha como alvo tanto a *possibilidade de compreender não só a situação em que ocorre a interação, mas também os próprios supostos planos de ação que organizam suas ações pela via do entendimento*.

Ora, essa pressuposição de indivíduos racionais plenos de entendimento sobre si e sobre o mundo é *completamente estranha à realidade em que os resultados do trabalho social aparecem mistificados ao ponto de estarem alçados à condição de serem os verdadeiros protagonistas sociais*. Para Debord, portanto, e na contramão desse entendimento, a natureza do espetáculo (do *capital*) é fundamentalmente *anticomunicativa*, e se determina como resultado do domínio extensivo das relações fetichistas do valor e as alterações fenomênicas na esfera social que daí decorrem – o que implica que, para ele, uma experiência genuína da linguagem só pode surgir na superação do mundo vigente e instauração do que ele chama de “real comunidade histórica”.

Dito de passagem, é, inclusive, bastante curiosa a experiência do próprio maio de (19)68 francês, da qual Debord participara. Num pequeno folheto intitulado *Paris: maio de 68*<sup>15</sup>, publicado sem autoria pelo grupo inglês Solidarity, nas semanas que se seguiram ao ocorrido, temos uma descrição bastante interessante da experiência comunicativa ali fomentada. No relato dos dias de ocupação da Sorbonne, por exemplo, lemos que

através da transformação do meio ambiente, as próprias pessoas as transformaram. Aqueles que nunca se atreveram a dizer nada, de repente sentiram como se seus pensamentos fossem os mais importantes do mundo – e então os expressavam. O tímido tornou-se comunicativo. O desamparado e isolado de repente descobriu que a força coletiva se encontra em suas mãos. O tradicionalmente apático de repente se engajou intensamente. Uma tremenda onda de comunidade e coesão apanhou aqueles que anteriormente se achavam impotentes e isolados como se fossem marionetes dominadas por instituições que eles não poderiam nem compreender nem controlar. As pessoas simplesmente apareceram e começaram a conversar umas com as outras sem o menor sinal de constrangimento. Este estado de euforia permaneceu durante a primeira quinzena em que estive lá. Uma frase rabiscada no muro resumia isso perfeitamente: “Déjà dix jours de bonheur” (SOLIDARITY, 2008, p. 39).

Logicamente essa não é uma exclusividade do maio de 68 francês; o relato é apenas ilustrativo de situações em que a ordem vigente se encontra, ainda que temporariamente, “suspensa”<sup>16</sup>. O ponto importante, no entanto, e nisso insistimos, é o aspecto muitas vezes negligenciado da própria *luta de classes*, cujos desdobramentos são, em momentos decisivos, ora freio do avanço do capital, ora momentos de sua ofensiva.

O peso da luta de classes pode então ser atestado no fato de que a ascensão do espetáculo é também a *época histórica em que se acredita que ela não é mais uma categoria explicativa*. E tal triunfo do capital – note-se – foi possível numa época em que o espetáculo ainda se materializava como dois blocos, que aparentemente separados, eram, na verdade, *complementares*: de um lado, o espetacular *difuso*, realidade do centro capitalista, caracterizado pela abundância da produção das mercadorias e do próprio espetáculo. De outro, o espetacular *concentrado*, realidade dos países que, não tendo desenvolvido historicamente sua indústria, se viram obrigados ao emprego da força, por meio do Estado, para realizar a acumulação forçada e superar seu atraso relativo em relação ao bloco dominante.

Em termos de produção de subjetividade, no primeiro (espetacular difuso), teríamos a identificação dos sujeitos diretamente com as próprias mercadorias; ao passo que, no segundo (espetacular concentrado), o elemento de identificação dominante seria a figura do líder, do “condutor da transformação” (fosse ele Lênin, Mao ou qualquer outro). Em ambos, o *falso* encontro promovido entre necessidades e desejos seria fundamental para entender o que Debord quer dizer por *ideologia*.

Todavia, antes de falarmos desta, vale assinalar que Debord identifica nos *anos 1970* uma *atualização decisiva no espetáculo*. E isso porque, realizada a tarefa histórica do espetacular concentrado – i.e., promover a acumulação do capital nos espaços onde o mercado “naturalmente” não pudera alcançar –, começara então um processo de  *fusão entre as duas formas*. Tal processo resultará no que Debord vai chamar de *espetacular integrado*, esmiuçado cerca de 20 anos depois do lançamento da *SdS* nos seus *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*<sup>17</sup>.

Lembremos que, de tal transformação ele pôde dizer, em princípios dos anos 1990, que “se o mundo pôde enfim proclamar-se oficialmente unificado, é porque essa fusão já se realizara na realidade econômico-política do mundo inteiro” (DEBORD, 1997, p. 10). Em termos teóricos, a nova forma do espetáculo exigiria agora uma pequena correção na tese 105 da *SdS*. Nesta, vemos uma crítica da ideologia revolucionária<sup>18</sup>, com Debord explicando que, se tal ideologia, “da qual o leninismo constitui o mais alto esforço voluntarista” (DEBORD, 1997, p. 10), detinha “a gestão de uma realidade que a rejeita”, com o stalinismo ela “*voltará à sua verdade na incoerência*”, já que, “nesse momento, a ideologia já não é uma arma, mas um fim” (DEBORD, 1997, p. 10). Ela (a ideologia revolucionária) estaria, assim, transformada em “loucura”; uma “mentira que não é desmentida”. Dessa mudança, portanto, ele afirma em conclusão, que “a ideologia que aqui se materializa não transformou economicamente o mundo, como o capitalismo chegado ao estado da abundância; ela apenas transformou policialmente a *percepção*” (DEBORD, 1997, p. 10).

A correção necessária, ele diria posteriormente, estaria no fato de que, “referindo-se ao que havia acontecido antes de 1967, ela [a tese 105] ainda estabelecia distinções entre as formas anteriores, segundo certas práticas que se opunham” (DEBORD, 1997, p. 10), mas “como o grande Cisma do poder de classes terminou em reconciliação, hoje convém dizer que a prática unificada do espetacular integrado ‘transformou economicamente o mundo’, *ao mesmo tempo que* ‘transformou a percepção’. (a própria polícia, no caso, é totalmente nova)” (DEBORD, 1997, p. 10).

É esse ponto que nos parece decisivo para nossa discussão. E isso porque, se, na teorização do espetáculo, a “apatia generalizada” imposta pelo domínio da vida em todas as suas dimensões é o que explica não só a importância da luta de classes (e da ideologia, da qual falaremos mais adiante) mas também a transformação social que é o próprio espetáculo, *o que dizer do momento em que as faces antes separadas do mesmo agora atuam em unidade?*

Aqui podemos então formular claramente nossa hipótese: sendo o dinheiro a face complementar do espetáculo – este que não é outra coisa que a total sujeição da vida à lógica da economia movendo-se *por si e para si* –, então nos parece acertado afirmar que *ele, o dinheiro, só pode alcançar suas formas mais desenvolvidas sob a condição da total submissão dos indivíduos sem os quais o capital nada seria*. Em outras palavras, se por financeirização entendemos, como Lênin, um tal avanço da finança capitalista em que ela passa a operar sob certa (*aparente*) autonomia, o entendimento desta, no entanto, não deve ser buscado nas mistificações relacionadas ao desenvolvimento técnico ou ao movimento dinheiro, mas *precisamente nas condições materiais objetivas da produção (e do consumo)* – em especial, estabelecidas a partir dos anos 1970.

Dizemos, portanto, em contraposição ao entendimento mais usualmente aceito no campo progressista, de que *não é possível entender a assim chamada “financeirização” se se perde de vista a perspectiva da totalidade das relações que compõe o movimento do capital*, pois é nas formas mais desenvolvidas de controle em que o capital historicamente possa operar o *aparente* pleno domínio tanto sobre os indivíduos quanto sobre a natureza que temos a chave para entender as manifestações mais “alocadas” sob as quais o dinheiro possa aparecer, em *forma*, como *movimento* e como *relação*. Em suma, a chave de uma compreensão da “financeirização” que não a situe como uma “anomalia”, mas como um desenvolvimento *necessário* (ainda que *contraditório*) da lógica do valor se encontra na especificidade do sistema capitalista também como um *sistema de controle social*.

Eis que podemos entender então a importância do conceito de ideologia na teoria do espetáculo. Sobre esta, vale dizer, de saída, que Debord rejeita o sentido que o termo passou a ter a partir de Lênin, a começar pelo fato de, neste último, o conceito poder assumir acepção tanto positiva quanto negativa. Ao contrário de Lênin, as referências de Debord, nesse caso, são Marx e Engels em *A sagrada família*<sup>19</sup>, texto no qual a noção de ideologia se define pelo menos por dois aspectos importantes: primeiro, sempre aparecendo em sentido negativo, e, segundo, referindo-se a uma compreensão *invertida* da realidade, i.e., *afirmação positiva de uma realidade invertida*. Além disso, pelo próprio caráter de sua crítica, e ainda em acordo com Marx e Engels, ideologia não é, em Debord, uma categoria universal e absoluta, mas *fundamentalmente histórica* – no caso, pensada nos marcos do capitalismo tal como constituído em especial a partir da segunda metade do século XX. Assim, a ideologia, que pode ser entendida como “vontade *abstrata* do universal e sua ilusão” (*SdS*, § 212), encontra sua legitimação “na sociedade moderna pela abstração universal e pela ditadura efetiva da ilusão” (*SdS*, § 212); o que explica por que “ela já não é a luta voluntarista do parcelar, mas seu triunfo” (*SdS*, § 212).

Dois categorias, portanto, apresentam-se como fundamentais ao longo dessa discussão: além da própria ideologia, comparecerá também a *falsa consciência*. Desta última, pode-se dizer que ela é resultado do próprio movimento insano da mercadoria, de cujo caráter fetichista, lembremos, Marx nos explica

como sendo *capaz de ofuscar sua verdadeira natureza*. Mais precisamente, a categoria de falsa de consciência, Debord toma emprestada de Joseph Gabel, que, em *A falsa consciência* (1962)<sup>20</sup>, busca traçar um paralelo entre ideologia e esquizofrenia, esta que teria como um de seus traços fundamentais a “falha da faculdade do encontro” ou a ilusão de sua realização. Segundo Debord, é justamente essa *ilusão do encontro* que, na sociedade contemporânea, caracterizaria a *relação dos indivíduos com a mercadoria*.

Citando diretamente Gabel, Debord explica que, no quadro clínico geral da esquizofrenia, “a decadência da dialética da totalidade (que tem como forma extrema a dissociação) e a decadência da dialética do devir (que tem como forma extrema a catatonía) parecem bem solidárias” (*SdS*, § 218). Com isso, ele está interessado em explicitar por que “numa sociedade em que ninguém consegue ser *reconhecido* pelos outros, cada indivíduo torna-se incapaz de reconhecer sua própria realidade” (*SdS*, § 217) e pode afirmar que é precisamente a *interdição da práxis social efetiva* (não determinada pelos ditames da economia – ou do valor, se quisermos) que “condiciona a falsa consciência antidialética que a acompanha” (*SdS*, § 217). A lógica da falsa consciência seria, portanto, a de não poder “conhecer a si própria de maneira verídica” (*SdS*, § 220).

Se o espetáculo é “o apagamento dos limites do eu [*moi*] e do mundo pelo esmagamento do eu [*moi*] que a presença-ausência do mundo assedia, é também a supressão dos limites do verdadeiro e do falso pelo recalçamento de toda a verdade vivida, diante da presença real da falsidade garantida pela organização da aparência” (*SdS*, § 219). Vale notar que é justamente essa “*organização da aparência*” que caracteriza a noção de ideologia em Debord, podendo a falsa consciência ser entendida, em comparação, também como uma *percepção fragmentada da realidade* – que tem como base a *apatia social*, ou ausência da práxis, como já mencionamos – mas que, de maneira difusa, caracterizaria o entendimento cotidiano do mundo. As diferentes ideologias, portanto, brotariam justamente desse solo fértil, e seriam então percepções fragmentadas sobre a realidade agora apresentadas como *organizadas*, podendo a partir disso buscarem se afirmar não como parcelares, mas como *universais*.

Uma das grandes contribuições dessa teoria, sublinhamos, está no fato de Debord nos lembrar que ideologia e mercadoria são inseparáveis. E, se ele pode dizer da multiplicidade desta última que, não podendo reconhecer umas às outras, as diferentes mercadorias acabam por realizar uma luta cega por afirmação individual, culminando no fato é que “cada mercadoria, ao seguir sua paixão, realiza de fato na inconsciência algo de mais elevado”, i.e., “o devir-mundo da mercadoria, que é também o devir-mercadoria do mundo” (*SdS*, § 66), o mesmo pode ser dito do embate entre as diferentes ideologias: *trata-se de uma disputa apenas superficial que não serve a outro objetivo, consciente ou não, que o da afirmação do próprio domínio do valor sobre a vida social*<sup>21</sup>.

É fácil perceber a abrangência da relação mercadoria-ideologia(-espetáculo), pois a compreensão dessa relação nos coloca a possibilidade de explicação de fenômenos que não se limitam a uma dimensão particular, mas abarca todo o ser social, tal como constituído sob a lógica do capital. Nesse sentido, temos fundamentos teóricos bastante robustos para a compreensão de questões que vão desde a xenofobia e outras formas de preconceito ligadas a regionalismos, até o racismo, o sexismo, a oposição entre jovens e adultos (ou velhos) etc. Com efeito, “a falsa escolha em meio à abundância espetacular”, Debord explica, é

uma escolha que “reside na justaposição de espetáculos concorrentes e solidários<sup>22</sup> e na justaposição dos papéis (principalmente expressos e incorporados por objetos)” (*SdS*, § 62); ela, portanto, se desenvolve “como uma luta de qualidades fantasmáticas destinadas a açular a adesão à banalidade quantitativa” (*SdS*, § 62)<sup>23</sup>.

Note-se, mais uma vez, que o que ganha progressivo destaque aqui é a compreensão de uma faceta determinante da relação social capitalista: a de regime de controle social. E é justamente nos marcos da atualização de seu movimento progressivo como tal que encontramos o chão fértil para o desenvolvimento das formas mais complexas do dinheiro.

Vale, por isso, lembrar que, apesar da abrangência do texto de 1967, Debord, nos *Comentários* de 1988, oferece-nos interessantes atualizações que parecem, acreditamos, reforçar a hipótese aqui levantada. De fato, ali, sem contradição com suas formulações anteriores, a primeira “nova” formulação de espetáculo que vemos é a de “reino autocrático da economia mercantil que acedera ao status de governo irresponsável e o conjunto de novas técnicas de governo que acompanham esse reino” (*Comentários*, II).

Resultado da fusão dos dois momentos anteriores, essa mais recente etapa não poderia, no entanto, ser entendida como um simples somatório. Como explica Debord,

*o espetacular integrado se manifesta como concentrado e difuso*, e, desde essa proveitosa unificação, conseguiu usar mais amplamente os dois aspectos. O anterior modo de aplicação destes mudou bastante. No lado concentrado, por exemplo, o centro diretor tornou-se oculto: já não se coloca mais aí um chefe conhecido, nem uma ideologia clara. No lado difuso, a influência espetacular jamais marcara tanto quanto quase todos os comportamentos e objetos produzidos socialmente (*Comentários*, IV; grifo nosso).

Ele conclui então que “quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; *hoje, nada lhe escapa*” (*Comentários*, IV; grifo nosso).

Cinco são os aspectos principais que definem essa nova forma: a *incessante renovação tecnológica*, a *fusão econômico-estatal*, o *segredo generalizado*, a *mentira sem contestação* e o *presente perpétuo*. Vejamos como se manifestam.

Sobre o primeiro ponto, Debord explica que, apesar de característico da própria história do capitalismo, o aspecto de novidade das seguidas revoluções tecnológicas é que, “desde que recebeu seu mais recente impulso (logo após a Segunda Guerra Mundial), ele reforçou ainda mais a autoridade espetacular” (*Comentários*, V), pois, “por seu intermédio, todos se veem inteiramente entregues ao corpo de especialistas, a seus cálculos e a seus juízos sempre satisfeitos com esses cálculos” (*Comentários*, V).

Por sua vez, a fusão econômico-estatal aparece como “*a tendência mais manifesta do século XX*” (*Comentários*, V; grifo nosso), justamente pelo fato de ela ter sido “o motor do desenvolvimento econômico recente”<sup>24</sup> (*Comentários*, V). Mais do que isso, com o espetacular integrado, “pode-se dizer que cada uma das duas possui a outra” (*Comentários*, V) e que “é absurdo opor uma à outra, ou fazer uma distinção entre razões e desrazões” (*Comentários*, V).

Por fim, os três últimos aspectos poderiam ser entendidos como efeitos diretos desses dois primeiros, confirmando o caráter fundamental do espetáculo como “ideologia materializada”.

De fato, ao passo que o segredo generalizado se mostra como “o complemento decisivo daquilo que mostra e, se formos ao fundo das coisas, como sua mais importante operação” (*Comentários*, V); a ausência de contestação da verdade do espetáculo *confere à mentira uma nova qualidade*, consumando de vez o *desaparecimento da chamada opinião pública*, impedindo-a agora de se formar<sup>25</sup> e não só de se mostrar incapaz de se fazer ouvir. Ao mesmo tempo, “a circulação incessante de informação, que a cada instante retorna uma lista bem sucinta das mesmas tolices anunciadas com entusiasmo como novidades importantes, ao passo que só anunciam pouquíssimo, e aos arrancos, as notícias de fato importantes, referentes ao que de fato muda” (*Comentários*, V), criam a percepção de um *presente perpétuo*, em que a história perde progressivamente seu sentido.

Com base nesses pontos, fenômenos como a *supressão da história*, o *crescente papel da figura do especialista*, a *desinformação*, a *dissolução da lógica* (que Debord também parece ter sido um dos primeiros a denunciar), a *militarização* (e os *serviços secretos*), o *terrorismo*, a *poluição nuclear*, entre outros temas, comparecem como *discussões necessárias ao entendimento dessa nova etapa do capitalismo superconcentrado*. Para o que nos interessa, entre esses temas, um que poderíamos relacionar mais diretamente ao tema da “financeirização” é o fato de que o espetacular integrado realiza, por toda parte, uma “*perfeição frágil*”.

Segundo Debord, essa sociedade “não deve ser exposta a ataques, porque é frágil; e já não é atacável, por ser perfeita como nenhuma outra sociedade o foi” (*Comentários*, VIII). Ela se mostra frágil “porque *tem grande dificuldade para dominar sua perigosa expansão tecnológica*” (*Comentários*, VIII), mas, por outro lado, é *a sociedade perfeita para se governar*. “A prova disso é que *todos os que aspiram ao governo querem governar essa sociedade com os mesmos procedimentos, e mantê-la quase exatamente como ela é*” (*Comentários*, VIII; grifo nosso).

Ora, sabemos que a expansão tecnológica é um dos aspectos fundamentais que estão na base do desenvolvimento do capitalismo tardio, tendo em vista que foram os desenvolvimentos, em especial, na área de tecnologia dos transportes e informação, que permitiram de uma só vez tanto o *radical reordenamento da divisão internacional do trabalho* (que a literatura econômica chama comumente de reestruturação produtiva), quanto a *criação dos novos mecanismos bancários que alçaram a outro nível a circulação do capital na forma dinheiro em escala global*.

Com progressiva penetração na vida cotidiana (uma das características basilares do espetáculo), as mídias atuais e, em especial, as redes sociais em fins dos anos 1980 estavam fora do “campo de visão”, mas não do campo de possibilidades anunciado pelo espetacular integrado; da mesma forma como os “yuppies”, no mesmo período, ainda apareciam como uma pequena subcultura, mesmo já carregando consigo o cerne da ideologia do *empreendedor de si*.

Vemos assim como a teoria do espetáculo nos oferece um quadro ainda bastante vivo do atual estágio de desenvolvimento do capital. Nessa forma tardia, vemos todos os elementos acima expostos concorrendo para uma atualização decisiva da sujeição da classe trabalhadora; que ganharia como capítulo seguinte, não muito depois do lançamento dos *Comentários*, a dissolução da União Soviética e a propagação do discurso, a partir dos anos 1990, do “fim da história”, com a vitória “definitiva” do capitalismo e a

ideia de que, para além dele, “não há alternativa”. Não parece mera coincidência que seja também justamente nessa década que teremos a consolidação da “mundialização do capital”, anunciada por Chesnais...

### **Uma breve conclusão**

Voltamos então à questão: no contexto de uma teoria tão atual, por que então Debord não fala em “financeirização” ou apresenta qualquer outra categoria para ocupar esse lugar? A resposta nos parece simples: pelo simples fato de que *ai não há nenhum lugar vazão!* E isso se atesta no fato de que, como vimos, tanto a teoria do espetáculo não pressupõe mercadoria e dinheiro como separados quanto, a partir dela, podemos facilmente concluir que este último não alcançaria tamanha liberdade *se não fosse o imenso sucesso das técnicas geradas – e constantemente atualizadas – para manter a verdadeira fonte do valor em exploração contínua e progressiva*, sob formas ora brutais, ora sutis, compondo uma complexa gama de mecanismos para tal.

Quase desnecessário assinalar que a ilustração mais clara desse processo encontramos nas atuais formas de trabalho precarizado; boa parte conjugada com o uso de aplicativos e plataformas digitais, as quais, sabemos, conheceram um vertiginoso avanço em tempos ainda muito recentes. Com base no que temos discutido até aqui, fica claro, portanto, que sua chave interpretativa não está apenas no avanço tecnológico, mas na crescente diminuição do poder de barganha dos assalariados no embate entre capital e trabalho. O complemento necessário desse processo, por outro lado, é a ideologia meritocrática e o narcisismo alimentado pela exposição contínua no mundo digital, em que o “parecer” se sobrepõe a qualquer “ser” ou mesmo “ter”.

É isso, portanto, que precisamente a sociedade produtora de mercadorias superdesenvolvida realiza como uma espécie de *mundo invertido* – para retomar a importância do aqui já referido (negligenciado) tema da *inversão*, que Debord também recupera de Marx.

Uma ilustração decisiva do sentido de “inversão” aqui assinalado encontramos no fato de que, apesar da sociedade moderna se realizar precisamente como um tempo “profundamente histórico”, i.e., já não mais limitada ao tempo cíclico da produção agrícola não desenvolvida, o que ela realiza, de fato, é justamente o exato inverso de um tempo linear e irreversível. *Este, ainda que possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, encontra-se obstaculizado pelo imperativo do tempo abstrato da “eterna” produção e valorização do valor*, que, manifesto como tempo de trabalho, de produção, de consumo e de lazer,

se materializa na vida cotidiana, na forma de “unidades homogêneas intercambiáveis” que, ao organizarem aquela mesma cotidianidade sob tal lógica abstrata e mutuamente reversível, repõem uma experiência “pseudocíclica” (*pseudo-cyclique*) com o tempo; experiência esta, contudo, que se apoia sobre as novas e bem distintas formas modernas de produção social (AQUINO, 2006, pp. 61-62).

A interdição do tempo como tempo histórico dos seres humanos (i.e., linear e irreversível, mas *aberto como possibilidade de construção, individual e social*) e da memória como memória histórica, confirmam, desse modo, a difusa “falsa consciência do tempo”, em que não há espaço nem mesmo para a reflexão sobre a morte – o que não é outra coisa senão a perfeita expressão da *dissolução da noção de tempo de vida como tempo de fruição e criação* –, e sobre a qual o valor em sua incansável busca por valorização se erige como

a *ideologia total*, que serve de sustentáculo a todas as ideologias superficiais. *Essa totalidade, do fazer prático social totalmente submisso aos ditames do valor e a “consciência” daí derivada, é o espetáculo*, i.e., o capital tal qual o conhecemos contemporaneamente.

Como conclusão, acreditamos verificar a confirmação de nossa tese sobre o tema da “financeirização” na *SdS*. O que essa suposta ausência(?) explícita é um aspecto fundamental do capital, cada vez mais evidente: o de ser uma *visão de mundo* que é também um *eficiente sistema de controle*, de modo a poder tentar compensar a insatisfação por ele gerada com a já não mais tão crível promessa de um projeto de civilização exitoso – sendo a barbárie “organizada” (falsamente controlada) uma necessidade, justamente por se dar como uma das formas cada vez mais incontrolláveis do movimento do capital em seu ciclo de valorização; estas que, por sua vez, colocam como possibilidade *crises tendencialmente cada vez mais agudas e prolongadas*.

Veja-se então que é em face disso que a forma superdesenvolvida da finança capitalista aparece, desse modo, como exato *complemento*, não como uma anomalia. A especulação, cujo fundamento último não é outra coisa que a *exploração do trabalho*, só pode acontecer num contexto em que a possibilidade da produção do mais-valor se dê de maneira cada vez mais intensa e, mais importante, *garantida*; sem sustos ou possíveis reveses – ao menos no que diz respeito ao embate capital x trabalho.

Em suma, se o espetáculo se afirma hoje, e cada vez mais, como a *gestão da barbárie*, nesta, a chamada “financeirização”, acreditamos, *não é (apenas) uma das causas* (como supõe o pensamento progressista), *mas principalmente tem aí um pilar fundamental*. Não se trata, pois, de nenhuma “anomalia”, contra a qual se deve lutar para fazer retornar um suposto tempo histórico em que a exploração se dava em termos “aceitáveis”. Ao contrário, a conclusão não poderia ser outra: não há salvação na e pela sociabilidade do valor; não há salvação no espetáculo.

### **Referências:**

- AQUINO, J. E. F. **Reificação e linguagem em Guy Debord**. Fortaleza: EdUECE/Unifor, 2006.
- CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo/ Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.
- GABEL, J. **A falsa consciência: ensaio sobre a reificação**. Prefácio e tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.
- GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LÊNIN, I. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Edições Avante!. Revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021 (Arsenal Lênin).

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento; revisão de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Tópicos).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 (Marx-Engels).

MARX, K; ENGELS, F. **A sagrada família**, ou, a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução, organização e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011 (Marx-Engels).

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SANTOS, F. J. A. Aparência e aparição no cerne do espetáculo. **Kalágatos – Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 13, n. 26, p. 109-124, 2016.

SANTOS, F. J. A. **Espectáculo & ideologia: um estudo sobre o papel da ideologia n'A sociedade do espetáculo**, de Guy Debord. (2013). 121 p. Orientador: João Emiliano Fortaleza de Aquino. Dissertação – Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2013.

SOLIDARITY. **Paris: maio de 68**. Tradução de Leo Vinícius. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2008 (Baderna).

---

<sup>1</sup>Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5715804273811574> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5162-4791> E-mail: [fsantos.email@gmail.com](mailto:fsantos.email@gmail.com)

<sup>2</sup> Doravante referida como *SdS*.

<sup>3</sup> FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

<sup>4</sup> Os leitores ou críticos que se detém nessa simplificação parecem fazer vista grossa da tese seguinte, em que ele explica justamente que o espetáculo “não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada” (SdS, § 6; grifo nosso), para ficar apenas em uma passagem.

<sup>5</sup> LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento; revisão de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Tópicos).

<sup>6</sup> Sobre a relação entre aparência e fenômeno (ou aparição) em Debord, ver SANTOS, Fabiano José Araújo dos. Aparência e aparição no cerne do espetáculo. **Kalágatos – Revista de Filosofia**. v. 13, n. 26, p. 109-124, 2016.

Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre espetáculo e ideologia, ver, do mesmo autor, **Espectáculo & ideologia: um estudo sobre o papel da ideologia n'A sociedade do espetáculo**, de Guy Debord. (2013) 121 p. Orientador: João Emiliano Fortaleza de Aquino. Dissertação – Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2013.

<sup>7</sup> A referência aqui é ao conceito de “baixa tendencial do valor de uso” (SdS, § 47), esta que caracteriza uma “nova forma de privação dentro da sobrevivência ampliada” (SdS, § 47). O conceito, portanto, ainda que comumente atribuído a Meszáros, tem, na verdade, em Debord sua primeira formulação.

<sup>8</sup> Lênin, no entanto, não poupa críticas a Hilferding, censurando nele erros em sua teoria do dinheiro e “certa tendência a conciliar o marxismo com o oportunismo” (LÊNIN, 2021, p. 34).

<sup>9</sup> Imaginemos qual seria o tamanho do desapontamento do Lênin teórico com os marxistas que no século XXI sonham com o retorno também de tempos em que o “capital parasitário” ainda não havia se apoderado de maneira tão determinante da produção, regida até então por “formas menos injustas”(?) de exploração...

<sup>10</sup> Darstellung e Vorstellung, termos que, como se sabe, marcam a diferença entre o método de investigação e exposição de Marx, mas que também, como mostra, por exemplo, Grespan em seu Marx e a crítica do modo de representação capitalista, referem-se a como as formas do capital se apresentam objetivamente e são apreendidas pela consciência social. Cf. GRESPAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>11</sup> Chesnais, contudo, em sua obra seguinte mostrará um esforço muito maior de aproximação do instrumental teórico de Marx, avançando sensivelmente sua compreensão sobre o que chama de financeirização. Cf. CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

<sup>12</sup> A publicação original é de 1994.

<sup>13</sup> Para uma compreensão mais aprofundada sobre o conceito de espectador em Debord, a partir de uma discussão sobre o papel da linguagem na teoria do espetáculo, ver AQUINO, João Emiliano Fortaleza. *Reificação e linguagem em Guy Debord*. Fortaleza: EdUECE/Unifor, 2006.

<sup>14</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

<sup>15</sup> SOLIDARITY. **Paris: maio de 68**. Tradução de Leo Vinícius. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2008 (Baderna).

<sup>16</sup> No Brasil, quem saiu às ruas em junho de 2013 pôde experienciar algo parecido. E aqui não confundir com as manifestações que, a partir do ano seguinte, significaram o exato oposto, i.e., o esvaziamento dessa experiência prática (em ação e comunicação) e abandono da politização espontânea em favor do progressivo advento de tendências nacionalistas e neofascistas. 2013 foi em grande medida resultado da relativa melhoria de vida das populações mais pobres sob o governo Lula, que, no entanto, puderam ascender às possibilidades do consumo em grande medida às custas de endividamento, sem a superação do trabalho precário e das cada vez mais insuportáveis condições da vida urbana nos grandes centros, na qual a precariedade, por exemplo, do sistema de saúde divide espaço com a violência policial cotidiana. A eleição do Brasil como palco da Copa de 2014 (e também da Copa das Confederações no ano anterior) e das Olimpíadas de 2016 com os despejos e gentrificação “necessários” tiveram papel importante como estopim dos protestos que, num sentido geral, podem ser entendidos como resultado dessa contradição – ainda que não tenham sido os únicos motivos.

Sobre junho de 2013 e seus desdobramentos, ver. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019; e o importante documentário *We don't like samba* (2014), realizado pelo grupo alemão cis-berlin.

<sup>17</sup> Doravante referido como Comentários.

<sup>18</sup> Entendida a categoria ideologia no sentido que exporemos adiante.

<sup>19</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. Tradução, organização e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011 (Marx-Engels).

<sup>20</sup> GABEL, Joseph, *A falsa consciência: ensaio sobre a reificação*. Prefácio e tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.

<sup>21</sup> Não se trata, em Debord, da negação da possibilidade de superação do que ele entende como sendo a ideologia e, portanto, do mundo que lhe serve de palco. Ao contrário, todo seu esforço teórico e prático tem vistas a esse propósito. Cf. SANTOS, Fabiano José Araújo dos. **Espectáculo & ideologia: um estudo sobre o papel da ideologia n'A sociedade do espetáculo**, de Guy Debord. Dissertação de mestrado. Op. cit.

<sup>22</sup> A exemplo da própria disputa entre capitalismo e o socialismo soviético.

<sup>23</sup> Para Debord, seria então no resgate das potencialidades comunicativa e prática, a partir de um esforço de compreensão e ação sobre o mundo como unidade e não mais como atividades hierarquizadas, fragmentadas, que estaria a um só tempo o fundamento da superação da ideologia e, com ela, da ação revolucionária; o que significaria, portanto, não mais agir e pensar nos marcos da simples confirmação do existente, mas em sua direta confrontação.

Embora esse não seja o espaço para aprofundar esses pontos, trazemo-los aqui para assinalar que a crítica não tem caráter pessimista, apesar da abrangência da noção de espetáculo como a totalidade do mundo construído à imagem e semelhança da mercadoria.

<sup>24</sup> E disso nos prova a financeirização, pois o que seria dela sem o Tesouro Público?

<sup>25</sup> A noção de opinião pública em Debord, portanto, contrapõe-se ao sentido de pensamento formado por e a partir dos meios de comunicação, que não passaria de uma das muitas manifestações do pensamento ideológico, i.e. conformado e limitado aos marcos da sociabilidade do valor, mesmo em sua dimensão “crítica”.

Recebido em: 04 de jun. 2024

Aprovado em: 03 de mar. de 2025